

Central Fotovoltaica Juazeiro VIII SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º 1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.
Juazeiro – BA.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Denier Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	518	57	Fornecedores	11	153	2.939
Contas a receber	8	7.457	7.824	Obrigações fiscais		50	54
Impostos a recuperar		15	9	Imposto de renda e contribuição social	17	48	50
Imposto de renda e contribuição social		2	1	Outras contas a pagar	11	49	32
Adiantamento a fornecedores		-	1	Total do passivo circulante		300	3.075
Despesas antecipadas	9	172	158	Provisão para desmobilização	12	10.645	9.898
Total do ativo circulante		8.164	8.050	Total do passivo não circulante		10.645	9.898
Imobilizado	10	69.674	72.121	Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		69.674	72.121	Capital social		69.448	69.448
				Prejuízos acumulados		(2.555)	(2.250)
				Total do patrimônio líquido		66.893	67.198
Total do ativo		77.838	80.171	Total do passivo e patrimônio líquido		77.838	80.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	14	5.948	7.173
Custos de operação	15	<u>(5.870)</u>	<u>(5.316)</u>
Lucro bruto		<u>78</u>	<u>1.857</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(243)	(306)
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(164)</u>	<u>1.552</u>
Receitas financeiras	16	54	308
Despesas financeiras	16	<u>(12)</u>	<u>(120)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>42</u>	<u>188</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(122)</u>	<u>1.740</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(183)</u>	<u>(208)</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		<u>(305)</u>	<u>1.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(305)	1.532
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(305)</u></u>	<u><u>1.532</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		64.816	(3.782)	61.034
Subscrição e integralização de capital	13.a	2.023	-	2.023
Aumento de capital a subscrever	13.a	2.609	-	2.609
Lucro líquido do exercício		-	1.532	1.532
Saldos em 31 de dezembro de 2022		69.448	(2.250)	67.198
Prejuízo do exercício		-	(305)	(305)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.448	(2.555)	66.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(122)</u>	<u>1.740</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	10	2.453	2.300
Atualização monetária da provisão para desmobilização	12	<u>747</u>	<u>691</u>
		<u>3.078</u>	<u>4.731</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		367	(7.425)
Impostos a recuperar		(6)	-
Imposto de renda e contribuição social		-	(9)
Adiantamento a fornecedores		1	148
Despesas antecipadas		(14)	(158)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.786)	(410)
Obrigações fiscais		(4)	(58)
Outras contas a pagar		<u>17</u>	<u>(15)</u>
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		<u>653</u>	<u>(3.196)</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(186)</u>	<u>(167)</u>
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		<u>467</u>	<u>(3.363)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	10	<u>(6)</u>	<u>(1.251)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(6)</u>	<u>(1.251)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	13.a	-	4.632
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>4.632</u>
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>461</u>	<u>18</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	57	39
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>518</u>	<u>57</u>
		<u>461</u>	<u>18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (“Empresa”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade propósito específico de capital limitado com sede na Fazenda Dourado II, S/N, Parte A, na altura do KM 6,7 da BR 407, na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

A Empresa foi constituída em 3 de setembro de 2019, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV Juazeiro V, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o UFV.RS.BA.044754-4.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 15,20 MWh por 35 anos, que compreende ao período de 17 de dezembro de 2019 a 17 de dezembro de 2054.

Em dezembro de 2021 a Empresa encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2035.

Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensuradas ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) – nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº 12:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 19:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Empresa definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros

são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adota essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a

exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos à vista (a)	145	57
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	373	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	518	57

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI que em 2023 foi de 13,04% (12,38% em 2022). O rendimento médio acumulado em 2023 foi de 90% do CDI, 11,73% (90% do CDI, 11,14% em 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	7.449	7.818
Contas a receber de clientes – ACL (teste) – (b)	8	6
Total	7.457	7.824

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 18; e
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste da planta no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de provisão expectativa de crédito de liquidação duvidosa, dada que sua receita advém quase que exclusivamente para com sua controladora Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.

9 Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Seguros antecipados	<u>172</u>	<u>158</u>
Total	<u>172</u>	<u>158</u>

Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias nos parques fotovoltaicos instalados.

10 Imobilizado

Custo de aquisição:	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Imobilizado em andamento (a)	-	1.251	1.251	6	(1.257)	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	64.327	-	64.327	-	1.257	65.584
Desmobilização de ativos (b)	9.064	-	9.064	-	-	9.064
Total do imobilizado	73.391	1.251	74.642	6	-	74.647
Depreciação acumulada:	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	(1.668)	(1.668)	(1.820)	-	(3.488)
Desmobilização de ativos (b)	(221)	(632)	(853)	(633)	-	(1.486)
Total da depreciação acumulada	(221)	(2.300)	(2.521)	(2.453)	-	(4.974)
Total do imobilizado	63.246	(1.049)	72.121	(2.447)	-	69.674

- a) As aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da Usina Fotovoltaica estão sendo pagas pela Controladora Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e são aportadas como capital social na Empresa, conforme notas explicativas nº 13 e 18.
- b) Conforme nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2021 a Empresa concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2022 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Empresa avaliou que em 31 de dezembro de 2023 não existem evidências internas ou externas que requeressem que a Administração realizasse o teste relativo à perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contratação de serviços e materiais (a)	132	28
Fornecedor partes relacionadas (b)	<u>21</u>	<u>2.911</u>
Total de fornecedores	<u>153</u>	<u>2.939</u>
Outras provisões (c)	<u>49</u>	<u>32</u>
Total de outras contas a pagar	49	32
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>202</u>	<u>2.971</u>

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.
- (b) Durante o período de obras, a controladora da Empresa realizou os pagamentos juntos a fornecedores de obras, serviços e custos diversos. Em 2023 a Empresa procedeu com liquidação destes gastos juntos a controladora, conforme nota explicativa nº 18.
- (c) Refere-se basicamente a serviços a faturar de operação e manutenção da planta de R\$ 26, e serviços de auditoria R\$ 23.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

12 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2022, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$9.064. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%.

O valor correspondente a desmobilização está registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7.578 (R\$ 8.211 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>9.898</u>	<u>9.207</u>
Atualização monetária	747	691

Saldo final	10.645	9.898
-------------	--------	-------

13 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 69.448, representado por 69.448 quotas, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado pela sócia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda detentora de 100% das quotas, corresponde à R\$ 69.448.

Não ocorreram movimentações no capital social da Empresa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Empresa possuía em 31 de dezembro de 2022 capital social a subscrever no montante de R\$ 0 (R\$2.609 em 31 de dezembro de 2022).

Ao longo de 2022 a controladora da Empresa Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda integralizou o montante de R\$ 4.632, sendo R\$ 2.023 subscritas e integralizadas e R\$ 2.609 a subscrever. (R\$58.267 subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2021). A integralização ocorreu mediante pagamento em caixa de contas a pagar da Empresa pela controladora durante o exercício.

b) Prejuízos acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa não apurou lucros. O prejuízo em 2023 foi de R\$ 305 (R\$ lucro de 1.532 em 31 de dezembro de 2022). O prejuízo acumulado da empresa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.555 (2.250 em 31 de dezembro de 2022).

14 Receita operacional

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2023	2022
Receita contrato de energia (ACL) (a)	6.170	7.444
Receita de contrato I-REC	2	-
Impostos sobre venda	(224)	(271)
Total da receita operacional líquida	5.948	7.173

(a) Das receitas da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante R\$ 6.160 (R\$ 7.444 em 2022) contempla receitas com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 18. A partir de 2023, conforme previsto no PPA, os preços dos contratos sofreram reduções.

(b) Refere-se a venda de certificados de energia renovável.

O total de energia gerada no exercício foi de 2023 a Empresa gerou 37.981 MWh (36.708 MWh em 2022).

15 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos de operação		
Depreciação do custo de desmobilização	(2.453)	(2.300)
Atualização monetária da desmobilização	(747)	(691)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(1.292)	(1.084)
Compromissos ambientais e sociais	(256)	(265)
Custo de locação de terras (c)	(81)	(87)
Seguros	(192)	(181)
Serviços técnicos	-	(55)
Operação e Manutenção (d)	(670)	(484)
Custos compartilhados - partes relacionadas (a)	(177)	(169)
Custo de aporte em garantia	(2)	-
Total	(5.870)	(5.316)
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(46)	(95)
Assessoria e advogados	(170)	(147)
Serviços tomados	-	(32)
Impostos e taxas	(1)	(6)
Despesas com viagem	(26)	(26)
Total	(243)	(306)

- a) Ao longo de 2023 e 2022 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 18.
- b) Refere-se a custos junto às Transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- d) O aumento no custo de operação e manutenção é resultado dos gastos de manutenção periódica programada, dado que o parque fotovoltaico entrou em operação no decorrer de 2023.

16 Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	50	-
Variação cambial ativa	4	308
	54	308
Despesa financeira		
Despesa bancária e carta fiança	(12)	-
Variação cambial passiva	-	(120)
	(12)	(120)
Resultado financeiro, líquido	42	188

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 48 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta (a)	6.173	7.444
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	494	596
Presunção da contribuição social – 12% (c)	741	893
Demais receitas (d)	<u>50</u>	<u>9</u>
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	544	605
Imposto de renda a alíquota de 15%	(82)	(91)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	<u>(30)</u>	<u>(36)</u>
Total IRPJ	<u>(112)</u>	<u>(127)</u>
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	791	902
Contribuição social a alíquota de 9%	<u>(71)</u>	<u>(81)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(183)</u>	<u>(208)</u>
Alíquota efetiva (*)	<u>2,94%</u>	<u>2,80%</u>

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

18 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Empresa é a Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

<u>Contas a receber (a)</u>	<u>Contas a Pagar (b)</u>	<u>Receita / (Despesa) (c)</u>
-----------------------------	---------------------------	--------------------------------

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>(i) Operações intercompany – Nacional</u>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	(135)	-
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	7.449	7.818	-	2.889	6.160	7.431
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(42)	(169)
Total	7.449	7.818	-	2.889	5.983	7.262

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>(ii) Operações intercompany – Internacional</u>						
Atlas Holding Chile Dos SpA	-	-	21	22	-	-
Total	-	-	21	22	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	7.449	7.818	21	2.911	5.983	7.262

(i) Ao longo de 2023 e 2022 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

- a) Conforme nota explicativa nº 8
- b) Conforme nota explicativa nº 11
- c) Conforme nota explicativa nº 14 e 15

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		<u>2023 - Valor contábil</u>		<u>2022 – Valor contábil</u>	
	Nota	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo Amortizado</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	373	145	-	57
Contas a receber	8	-	7.457	-	7.824
Total		373	7.602	-	7.881

Passivos					
Fornecedores	11	-	153	-	2.939
Outras contas a pagar	11	-	49	-	32
Total		-	202	-	2.971

		<u>2023 - Valor contábil e valor justo</u>		<u>2022 - Valor contábil e valor justo</u>	
		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
		Nível hierárquico do valor justo			
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	518	518	57	57
Contas a receber	Nível 2	7.457	7.457	7.824	7.824
Total		7.975	7.975	7.881	7.881
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	153	153	2.939	2.939
Outras contas a pagar	Nível 2	49	49	32	32
Total		202	202	2.971	2.971

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	518	57
Contas a receber	<u>7.457</u>	<u>7.824</u>
Total	<u>7.975</u>	<u>7.881</u>

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2023

Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 anos

Passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar	202	202	202	-	-	-
Total	202	202	202	-	-	-

31 de dezembro de 2022

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.971	2.971	2.971	-	-	-
Total	2.971	2.971	2.971	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos e passivos financeiros que possam ter riscos atribuídos a juros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>373</u>	<u>34</u>	<u>43</u>	<u>51</u>	<u>26</u>	<u>17</u>

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

20 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Empresa, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A Empresa possui ação com classificação de perda possível, referente ao processo de arbitragem movido pela Snef, que totalizam prováveis possível no montante de R\$ 3.459 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

A Empresa não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7.

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores partes relacionadas	11	-	4.632
Fornecedores	11	-	(4.632)
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>

22 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 a 2038</u>	<u>Total</u>
(TUST/ CUST / CCT) (a)	(3.735)	(3.866)	(3.988)	(4.116)	(196.957)	(212.663)
Seguros e garantias (b)	(216)	(226)	(209)	(216)	(8.764)	(9.631)
Contratos de (O&M) (c)	(896)	(1.248)	(1.285)	(1.327)	(50.297)	(55.053)
Arrendamento (d)	(293)	(270)	(275)	(304)	(14.514)	(15.656)

Outros (e)	(581)	(596)	(608)	(622)	(25.384)	(27.790)
Total	(5.721)	(6.206)	(6.365)	(6.584)	(295.916)	(320.793)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *